

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO DA RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA: reflexões iniciais no Brasil e na Argentina

Kelly Letícia da Silva Sakata
kelly.sakata@uems.br
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Kauany Krízia Barros Arguelho
kauanykrizia9798@gmail.com
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Eixo 1: Estado, Política e Gestão da Educação

RESUMO:

O artigo em tela objetiva discutir as políticas de formação continuada de professores da educação básica no Brasil e na Argentina a partir de levantamento bibliográfico, identificando a ação dos agentes privados nesse contexto. Nessa seara a problemática da pesquisa pode ser assim apresentada: como as Teses e Dissertações identificam a atuação dos agentes privados na formação continuada de professores no contexto do Brasil e Argentina? A pesquisa teve como aporte teorias de base marxista, analisou-se os trabalhos identificados por meio do Banco de Teses e Dissertações da Capes. A análise dos foi realizada pela técnica da unidade de análise temática, recaindo sobre os principais achados nas pesquisas identificadas, bem como as metodologias e teorias empregadas.

Palavras-chave: Formação continuada de professores. Relação público-privada. Privatizações. Brasil e Argentina.

Introdução

O presente trabalho em tela é decorrente de estudos realizados no âmbito do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação, Políticas, Formação de Professores, Diversidade e Inclusão (GEPEFORDI) e da Pesquisa em andamento intitulada “A Gestão Educacional das Redes Públicas Municipais de Ensino de Mato Grosso do Sul: Relação Público Privada em foco” (Sakata, 2023).

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

O estudo em tela, assim, objetiva investigar as políticas de formação continuada de professores da educação básica no Brasil e na Argentina, identificando a ação dos agentes privados neste contexto. Para tanto, partimos da seguinte problemática de pesquisa: *Como as Teses e Dissertações identificam a atuação dos agentes privados na formação continuada de professores no contexto do Brasil e Argentina?*

A América Latina, em meados da década 1990, foi marcada por uma reformulação educacional em decorrência da necessidade de reorganizar o sistema que estava passando por uma crise de estado. Adotou-se medidas para reestruturação do sistema investindo nos interesses do mercado visando o aumento do capital, mas impactando negativamente na educação, pois tinha por objetivo a privatização do ensino público deixando assim de ser um direito social que deveria ser assegurado pelos agentes governamentais gratuitamente. O público privado foi uma vertente que proporcionou que a educação continuasse como um direito social garantido gratuitamente, mas com a participação dos agentes privados que, por influência do liberalismo, buscavam lucros para o mercado, mas mascarado com uma relação denominada sem fins lucrativos. Uma das políticas apontadas foi a formação continuada de professores, que para a época foi vista como um aspecto negativo para os docentes, pois ao introduzir o empresariado elevou o nível de desigualdades, aumentando o distanciamento da equidade. A participação dos agentes privados foi um alicerce para a incorporação da educação como uma mercadoria e também como uma forma de desabrigar o estado da totalidade de suas obrigações com a educação básica. O Brasil, assim como outros países da América Latina, durante a década de 1990 passou por uma crise financeira em decorrência da crise do capital e, para reparação e reestruturação, foi necessário recorrer ao esquema de privatização em 1995. Desse modo elabora uma proposta de reformar o Estado, surgindo então duas vertentes uma na qual a educação seria de direito privado, mas o Estado permaneceria financiador e avaliador das práticas educacionais e uma em que haveria uma parceria entre o estado e instituições privadas sem fins lucrativos para manter a educação como um quase-mercado (PERRONI; ADRIÃO, 2009). A iniciativa pública-privada ganhou destaque em decorrência neoliberalismo que influenciou na promulgação da LDB 9396/94 lei de diretriz e bases que é o um documento normativo que regulariza o sistema de educação por meio de 92 artigos que definem os princípios e objetivos da educação e o dever do estado para com a educação pública.

Metodologia

A nossa opção pela temática, investigar a formação continuada sob a ação dos agentes privados não foi aleatória, ocorre pelo fato da Argentina constituir-se, igualmente como o

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

Brasil, numa República Federativa. Assim, “ambos os países vivenciaram processos de colonização e independência semelhantes, também passaram da concorrência à cooperação. Com alianças bem firmadas, Brasil e Argentina já foram grandes parceiros no campo político, econômico, educacional, tecnológico, entre outros (Bobato; Schenckenberg, 2014, p. 04). Nesse sentido, entende-se que os procedimentos e escolhas metodológicas não se desenvolveram de forma linear, eles serão pautados pela identificação e entendimento sobre o movimento e materialidade do objeto à luz da teoria estudada.

Para o desenvolvimento da pesquisa optamos pela pesquisa bibliográfica, em que pretendemos identificar as principais nuances sobre as políticas de formação continuada de professores com a ação dos agentes privados. No que se refere aos aspectos epistemológicos, a pesquisa terá como aporte a análise crítica de base marxista. O instrumento de coleta de dados foi o Banco de Teses e Dissertações da Capes, este movimento visou identificar quais pesquisas foram desenvolvidas sobre essa temática entre o Brasil e a Argentina e seus principais achados.

Sobre a análise de dados, optou-se por adotar a técnica da unidade de análise temática, que considera a escrita de um texto e compreende o desmembramento deste em categorias. “É uma operação de classificação de elementos constitutivos de conjunto por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos” (Franco, 2008, p. 59). A análise recairá sobre os principais achados nas pesquisas identificadas, bem como as metodologias e teorias empregadas.

Políticas de Formação continuada e as privatizações

A “participação do empresariado na educação pública tem motivado o debate e os estudos atuais na área da educação tanto no Brasil como na Argentina, assim como em outros países da América Latina, mais precisamente a partir dos anos de 1990” (Luz, 2011, p. 438), assim

O pano de fundo das políticas de formação de professores no âmbito da América Latina tem seu delineamento nas reformas educacionais ocorridas nas últimas décadas. Tais reformas são componentes de um movimento de globalização mundial, o qual objetivou a implementação de uma sociedade tecnológica, científica e capitalista. No âmbito das reformas educacionais ocorridas, a profissão docente foi extremamente afetada, refletindo na docência a tônica da qualidade da educação (Bobato; Schenckenberg, 2014, p. 02).

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

Nesta linha, no contexto das reformas implementadas pelo Estado, “os grupos empresariais ganham novo impulso com a inserção de suas organizações dentro do espaço denominado Terceiro Setor, por meio das parcerias entre o poder público e organizações do setor privado de vários tipos” (Luz, 2011, p. 438). Desta feita, a relação público-privado se trata de relação e processo, uma vez que Estado e sociedade civil são perpassados por correlação de forças de sujeitos individuais ou coletivos por sua vez perpassados por projetos societários distintos, bem como situados em um contexto histórico e geográfico. Assim, as políticas são parte constitutiva do movimento do real da sociedade (Paz, 2023). Deste modo, a privatização, antes realizada de forma direta e explícita, neste formato, ganha novos contornos na relação entre o público e o privado (Sakata, 2018).

Historicamente, a relação entre o Estado, a educação e os setores privados reestruturou-se, principalmente a partir de 1990, e no Brasil isso ocorreu por medidas de regulação. No primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995 a 1998), uma proposta de reforma do Estado foi emitida, e para isto foi criado o Ministério da Administração e reforma do Estado – MARE, que gerou o documento: O Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado – PDRAE (Brasil, 1995).

As parcerias público-privadas (PPP) emergem no conjunto das propostas incluídas nesta reforma, com a divulgação do PDRAE propaga-se então uma série de normatizações legais – Ementas Constitucionais – EC nº 14/1996 e nº 19/1998, Leis do Voluntariado nº 9.608/1998, das OS nº 9.637/1998 e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs nº 9.790/1999 – com vistas à reforma política e administrativa (Veigas, 2019).

Após este período tem-se a continuidade desta reforma, apesar da alternância de governo. Foi sancionada a Lei nº 11.079/2004, a qual institui normas gerais para licitação e contratação de PPPs no âmbito da administração pública, em todos os âmbitos federativos. A criação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, aprovado pelo Decreto nº 6.094/2007, que prevê em uma das suas diretrizes a implantação de parcerias na gestão educacional pública (Brasil, 2004; 2007). A Lei nº 13.019/2014, que trata do fomento, da colaboração e da ampliação do segmento público não estatal Organizações Não-Governamentais – ONGs, associações, fundações, institutos e empresas, ao estabelecer o “regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco” (Brasil, 2014).

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

Ao analisarmos a conjuntura posta na política governamental brasileira, no período de 2013, a começar pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, passando pela posse de Michel Temer e após com a posse de Jair Bolsonaro, indicamos que a correlação de forças entre os grupos sociais, de forma geral, e entre a esfera público e privada ganhou novos contornos (Viegas, 2019; Sakata; 2018). Atualmente, apesar da indicação governamental progressista, há um “[...] aprofundamento da relação público-privada e atuação dos APHs por meio de programas, como o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) e o Todos pela Educação (TPE)” (Sakata, 2023, p. 751).

Na Argentina, as reformas nos anos de 1990 emergem de acordo com as modificações tanto econômicas quanto políticas sob os ditames do neoliberalismo, especialmente, no que se refere ao marco da ditadura militar nos anos de 1970. Sendo assim,

[...] as discussões acerca da formação continuada dos professores, de modo mais pontual, datam da década de 1980, tendo como destaque a criação do Instituto Nacional de Aperfeiçoamento e Atualização Docente (INPAD), [...] Sobre a transferência dos serviços educacionais da nação para as províncias, é importante observar que, assim como no Brasil, na década de 1990, a Argentina pôs em prática um processo de descentralização dos serviços educacionais. Assim, repassou às províncias à gestão, administração e financiamento das escolas primárias, secundárias e dos institutos de educação superior não universitários. No entanto, embora transferisse a responsabilidade de gestão e financiamento, manteve seu forte controle pela política educacional (Bobato; Ferreira, 2021, p. 10).

No que se refere a atuação dos agentes privados no contexto da Argentina, recorreremos à Paz (2023) que desenvolveu uma pesquisa intitulada “A relação público-privado na educação básica argentina no período Macri (2015-2019): sujeitos e conteúdo da proposta”. Esta pesquisa trata da relação público-privado na educação básica pública da Argentina no período de 2015 a 2019, no governo de Mauricio Macri (*Cambiamos*). Nela, pontua-se que o privado está vinculado ao mercado, em que a privatização traz implicações para a democracia, entendida como materialização de direitos em políticas elaboradas na autocrítica da prática social. Dessa forma, caracteriza e analisa a relação público-privado observada na Argentina, explorando formas de materialização do privado no que se refere ao financiamento educacional, à formação e ao trabalho docente, bem como o mapeamento dos sujeitos privados presentes na definição das políticas públicas (Paz, 2023).

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

Referências

BOBATO, F. C.; SCHNECKENBERG, M. Formação docente no Brasil e na Argentina: um estudo comparado sobre as políticas de formação inicial do professor dos anos iniciais do ensino fundamental. **X ANPED SUL**, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arg_pdf/1405-0.pdf. Acesso em: 09 out. 2023.

BOBATO, F. C.; DOMINGUES, P. Estudo Comparado das políticas de formação continuada para professores: possíveis reflexões a partir do Brasil e da Argentina. **Inter-Ação**, Goiânia, v.46, n.1, p. 238-255, jan./mar. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v45i3.65176>. Acesso em: 09 out. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional**, LDBEN 9.496/1996.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Aprovado pela Câmara da Reforma do Estado em 21 de setembro de 1995. Brasília, Presidência da República, 1995.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 3 ed. Brasília-DF: Liber Livro Editora, 2008.

LUZ, L. X. Empresas privadas e educação pública no Brasil e na Argentina. **Educação & Sociedade**, v. 32, n. 115, p. 437–452, abr. 2011.

SAKATA, K. L. S. **Programa Gestão para a aprendizagem: a atuação da Fundação Lemann nas políticas de formação em redes municipais de educação**. 2018. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação de Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2018.

SAKATA, K. L. S.; **Análise da atuação do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) na Gestão Educacional Municipal no Brasil**. 2022. 322f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação de Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) 2022.

SAKATA, K. L. da S. A governança e as políticas educacionais brasileiras: atuação dos aparelhos privados de hegemonia. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 739–757, 2023. DOI: 10.14393/REPOD-v12n2a2023-68710.

VIEGAS, E. R. S. **O MERCADO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO BRASIL: A PRESENÇA DO EMPRESARIAMENTO SOCIAL PRIVADO**. 2019. 318f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, MS, 2019.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 3 ed. Brasília-DF: Liber Livro Editora, 2008